



CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

aula ao vivo

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL APLICADA II RESOLUÇÃO COMENTADA DE QUESTÕES

PROFESSOR VICTOR RAMOS DA SILVA

@professorvictorramos

ORGANIZANDO O EDITAL

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

RELAÇÕES

PRÁTICAS DE ENSINO

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

- | | | |
|---|---|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. História da Educação.2. Filosofia da Educação.3. Educação no mundo atual.4. Relacionamento professor e aluno.5. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.6. Papel do professor.7. Função e papel da escola.8. Interdisciplinaridade no Ensino Fundamental: teorias e práticas.9. Tendências do pensamento pedagógico.10. Avaliação da aprendizagem escolar.11. Atividades recreativas.12. Aprendizagem: leitura e escrita. | <ol style="list-style-type: none">13. Processo ensino-aprendizagem: avaliação.14. Planejamento de aula e avaliação de aprendizagem.15. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades.16. Instrumentos e atividades pedagógicas.17. Métodos de alfabetização.18. Didática: métodos, técnicas, recursos e material didático.19. Educação Inclusiva: Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares.20. Legislação da Educação Básica.21. Políticas Públicas da Educação Básica.22. Financiamento e Gestão da Educação.23. O Projeto Político Pedagógico da Escola.24. Rotina e gestão em sala de aula. | <ol style="list-style-type: none">25. Questões das relações do grupo.26. Relação família x escola.27. Ação pedagógica.28. Objetivos do Ensino Fundamental.29. Brincar e Aprender.30. Aprendendo a Aprender.31. Identificação da população a ser atendida, a atividade econômica, o estilo de vida, a cultura e as tradições.32. Interação social.33. Resolução de problemas.34. Organização do currículo.35. Erro e aprendizagem.36. A construção do conhecimento. |
|---|---|---|

ORGANIZANDO AS AULAS

AULA 1 - FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

AULA 2 - RELAÇÕES + CONTINUAÇÃO DA AULA 2

AULA 3 - PRÁTICAS DE ENSINO

AULA 4 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS + CONTINUAÇÃO DA AULA 3

AULA 5 - REVISÃO COM RESOLUÇÃO COMENTADA + CONTINUAÇÃO DA AULA 4

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTRUTURA DO ECA

O ECA é formado por dois livros (totalizando 80 páginas):

Livro 01 Parte Geral:

- A. Título I Disposições Preliminares,
- B. Título II Direitos Fundamentais e
- C. Título III Formas de Prevenção.

Livro 02 Parte Especial:

- A. Título I Políticas de atendimento,
- B. Título II Medidas de Proteção,
- C. Título III Prática de Ato Infracional,
- D. Título IV Medidas Pertinentes aos pais ou responsável,
- E. Título V Conselho Tutelar,
- F. Título VI Acesso à Justiça e
- G. Título VII Crimes e Infrações Administrativas Praticadas contra a Criança e o Adolescente.

DADOS GERAIS DO ECA

- **CRIANÇA** – Até 12 anos incompletos (11 anos e 11 meses)
- **ADOLESCENTE** – entre 12 e 18 anos
- **CRITÉRIO OBJETIVO-CRONOLÓGICO É SUPERIOR À QUALQUER OUTRA QUESTÃO (INCLUSIVE A EMANCIPAÇÃO) E, POR CONTA DELE, A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NÃO SÃO PUNIDOS.**
- Tutela é diferente à cárcere e punição.
 - Quando o ECA aplica uma medida socio-educativa, visa à proteger essa criança e educá-la (FORMA DE TRATAMENTO ADEQUADO)

DADOS GERAIS DO ECA

- **No Art. 2, há uma indicação de tutela especial para dos 18 a 21 anos de idade.**
- **EX.:** Se ele fica em medida socio-educativa por crime gravíssimo, com 16 anos por três anos, ele será liberado com 19 anos.
- Relevância dos direitos (art. 6) vale aquilo que mais favorável for para seu desenvolvimento
- **PROTEÇÃO INTEGRAL (=CONSTITUIÇÃO)**
 - Dever da Família
 - Dever da Comunidade
 - Dever da Sociedade
 - Dever do Poder Público (Estado)
- **RESPONSABILIDADES DE PROTEÇÃO** – exploração, violência, maus-tratos etc ou **NEGLIGÊNCIA** deles.

DADOS GERAIS DO ECA

- PRIORIDADE / PRIMAZIA DO ATENDIMENTO (ART 4)
 - No socorro
 - Nos órgãos públicos
 - Nos Programas Assistenciais

- LIBERDADES (ART 16)
 - Ir e vir
 - Religião
 - Escolhas políticas
 - Lazer, esporte e diversão
 - Vida familiar
 - Refúgio
 - Profissionalização

DADOS GERAIS DO ECA

- Art. 60 – trabalho, estágio e aprendizagem
- Trabalho a partir de 14 anos com carga que permita a continuação de estudos
- Constituição (art 7) diz que não pode trabalhar com menos de 16 anos.
- ECA diz que antes dos 14 pode trabalhar como aprendiz.

DADOS GERAIS DO ECA

- ART 18. sanções àqueles que forneçam tratamento cruel ou degradante EM ETAPAS
 - 1- programa de proteção à família
 - 2- tratamento psicológico
 - 3- cursos
 - 4- advertência e penalização

DADOS GERAIS DO ECA

- **ART 98** – proteção por conta de ameaças à violação de direitos ou conduta própria.
- **ART 19** – conselho tutelar não poderá determinar o ACOLHIMENTO FAMILIAR, TIRAR A GUARDA, COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA (Guarda, Tutela e Adoção)
=> Quem aplica tudo isso é o juiz
- **ART 112** – etapas de medidas socioeducativas
 1. Prestação de serviços
 2. Advertência
 3. Liberdade assistida
 4. Semiliberdade
 5. Reparação de dano
 6. Internação compulsória
- **Art. 241** – Armazenar ou distribuir imagens de adolescentes ou criança em cenas de pornografia –
reclusão de 1 a 4 anos

ECA E A EDUCAÇÃO

ARTIGOS 53 A 59

- Art. 53. direito à educação
 - igualdade,
 - professores respeitando e com critérios de avaliação
 - pode organizar entidades (grêmios)
 - escola pública próxima à casa e junto aos irmãos
 - Pais saberem o que acontece (projeto)

ECA E A EDUCAÇÃO

ARTIGOS 53 A 59

- Art. 54. Obrigações do Estado
 - Ensino gratuito
 - Educação Especial
 - ensino noturno ao adolescente trabalhador
 - **direito subjetivo à educação**
 - realização do CENSO

ECA E A EDUCAÇÃO

ARTIGOS 53 A 59

- Art. 55 – matrícula obrigatória
- Art 56 – Obrigação de comunicação de casos de faltas, maus-tratos e afins ao CONSELHO TUTELAR
- Art 57 – Pesquisas do poder público para a melhoria do ensino (avaliação, metodologias e currículos)
- Art. 58 – Respeito à diversidade
- Art. 59 – Garantia do esporte e lazer por verbas

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS : VISÃO GERAL

PCN



ESTRUTURA DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivos Gerais do Ensino Fundamental

ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA

ÁREA DE MATEMÁTICA

ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS

ÁREA DE HISTÓRIA

ÁREA DE GEOGRAFIA

ÁREA DE ARTE

ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ÁREA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Ética - Saúde - Meio Ambiente - Orientação Sexual - Pluralidade Cultural

Caracterização da Área

Objetivos Gerais da Área

Ciclos

1º Ciclo
(1ª e 2ª s.)

2º Ciclo
(3ª e 4ª s.)

3º Ciclo
(5ª e 6ª s.)

4º Ciclo
(7ª e 8ª s.)

RESPEITO, JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE

1ª PARTE

Ética e sociedade	49
Ética e Moral: o significado dos conceitos	49
A presença da moralidade na cultura	50
A dimensão pessoal da moralidade	51
A Ética: reflexão crítica	52
Ética e Cidadania: os princípios fundamentais da vida democrática	54
O caráter político da participação dos indivíduos na sociedade	54
Dignidade de vida humana	56
A sociedade brasileira hoje: desafios à reflexão ética	57
A Ética na educação escolar	61
A formação moral e o contexto escolar	61
Possibilidades e limites da escola na formação moral	62
Experiências escolares de educação moral	64
Legitimação de valores	67
A vivência da Ética no processo de ensino e aprendizagem	75
A atuação do professor no processo de educação em valores	76
Ética e convivência na escola	79
A Ética como um tema transversal	83
Objetivos gerais para o ensino fundamental	91

PLURALIDADE CULTURAL

1ª PARTE

Introdução	121
Justificativa	122
Estado atual dos trabalhos com a temática	124
Caracterização do tema	125
Contribuições para o estudo da Pluralidade Cultural no âmbito da escola	129
Fundamentos éticos	129
Conhecimentos jurídicos	129
Conhecimentos históricos e geográficos	130
Conhecimentos sociológicos	131
Conhecimentos antropológicos	131
Linguagens e representações	133
Conhecimentos populacionais	134
Conhecimentos psicológicos e pedagógicos	134
Ensino e aprendizagem na perspectiva da Pluralidade Cultural	137
Ensinar Pluralidade Cultural ou viver Pluralidade Cultural?	137
Objetivos gerais para o ensino fundamental	143

2ª PARTE

Conteúdos de Pluralidade Cultural para terceiro e quarto ciclos	147
Critérios de seleção	147
Blocos de conteúdos	147
Pluralidade Cultural e a vida dos adolescentes no Brasil	148
Pluralidade Cultural na formação do Brasil	152
O ser humano como agente social e produtor de cultura	155
Direitos humanos, direitos de cidadania e pluralidade	160

MEIO AMBIENTE

A questão ambiental	173
Crise ambiental ou crise civilizatória?	178
A educação como elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental	180
Alguns pontos polêmicos no debate ambiental	182
Ensinar e aprender em Educação Ambiental	187
As esferas global e local	189
A relação entre a comunidade e a escola	191

Superar a fragmentação do saber nas situações de ensino	193
A necessidade de transversalização do tema nas áreas	193
Objetivos gerais para o ensino fundamental	197

2ª PARTE

Conteúdos de Meio Ambiente para terceiro e quarto ciclos	201
Critérios de seleção e organização dos conteúdos	202
Blocos de conteúdos	205
A natureza "cíclica" da Natureza	205
Sociedade e meio ambiente	212
Manejo e conservação ambiental	219

SAÚDE

SAÚDE

Apresentação	245
--------------------	-----

1ª PARTE

O que é saúde?	249
-----------------------------	-----

Considerações iniciais	249
------------------------------	-----

Em busca de um conceito dinâmico de saúde	251
---	-----

Brasil: onde é necessário prevenir e remediar	252
---	-----

Assumindo compromissos para a ação	253
--	-----

Educação para a saúde: consolidando posições, estabelecendo limites e possibilidades	257
---	-----

Um pouco da história da abordagem da saúde no currículo das escolas brasileiras: Ensino de Saúde ou Educação para a Saúde?	257
--	-----

A inter-relação entre Educação e Educação para a Saúde	259
--	-----

A educação para a Saúde como um tema transversal	263
--	-----

2ª PARTE

Objetivos e conteúdos de Saúde para terceiro e quarto ciclos	269
---	-----

Objetivos	269
-----------------	-----

Conteúdos	269
-----------------	-----

Critérios de seleção	270
----------------------------	-----

Drogas: situando o problema em suas reais dimensões	271
---	-----

Tratamento didático	273
---------------------------	-----

Blocos de conteúdos	274
---------------------------	-----

Autoconhecimento para o autocuidado	275
---	-----

Vida coletiva	279
---------------------	-----

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Sexualidade na infância e na adolescência	295
O trabalho de Orientação Sexual na escola	299
Manifestações da sexualidade na escola	300
Postura dos educadores	302
Relação escola-famílias	304
Orientação Sexual como Tema Transversal	307
Objetivos gerais	311
2ª PARTE	
Conteúdos de Orientação Sexual para terceiro e quarto ciclos	315
Critérios de seleção	315
Blocos de conteúdos	316
Corpo: matriz da sexualidade	317
Relações de Gênero	321
Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids	325
O Trabalho com Orientação Sexual em Espaço Específico	331

TRABALHO E CONSUMO

1ª PARTE

Introdução	343
Escola, trabalho e consumo	344
Caracterização do tema	347
Características do trabalho e do consumo na sociedade atual	350
Trabalho e consumo na sociedade brasileira	354
Tributação, distribuição de renda e justiça social	355
Alguns descritores da situação do trabalho no Brasil	356
O tema no ensino fundamental	361
Ensinar e aprender trabalho e consumo	362
Os jovens, a escola e a inserção no trabalho	364
Transversalidade	368
Objetivos gerais para o ensino fundamental	373

2ª PARTE

Conteúdos de Trabalho e Consumo para terceiro e quarto ciclos	377
Critérios de seleção	377
Blocos de conteúdos	378
Relações de trabalho	378
Trabalho, consumo, saúde e meio ambiente	385
Consumo, meios de comunicação de massas, publicidade e vendas	390
Direitos humanos, cidadania, trabalho e consumo	395
Direitos dos trabalhadores	397
Direitos dos consumidores	401

TRABALHO E CONSUMO

1ª PARTE

Introdução	343
Escola, trabalho e consumo	344
Caracterização do tema	347
Características do trabalho e do consumo na sociedade atual	350
Trabalho e consumo na sociedade brasileira	354
Tributação, distribuição de renda e justiça social	355
Alguns descritores da situação do trabalho no Brasil	356
O tema no ensino fundamental	361
Ensinar e aprender trabalho e consumo	362
Os jovens, a escola e a inserção no trabalho	364
Transversalidade	368
Objetivos gerais para o ensino fundamental	373

2ª PARTE

Conteúdos de Trabalho e Consumo para terceiro e quarto ciclos	377
Critérios de seleção	377
Blocos de conteúdos	378
Relações de trabalho	378
Trabalho, consumo, saúde e meio ambiente	385
Consumo, meios de comunicação de massas, publicidade e vendas	390
Direitos humanos, cidadania, trabalho e consumo	395
Direitos dos trabalhadores	397
Direitos dos consumidores	401

TRANSVERSALIDADE E INTERTEXTUALIDADE (Foco na vida prática)

	Intradisciplinar	Interdisciplinar	Transdisciplinar
Currículo	Cruzamento entre Habilidades e TCTs no Currículo Modelo 1	Cruzamento entre Componentes Curriculares e TCTs Modelo 2	Projetos Transversais no Currículo Modelo 3
Projeto Pedagógico	Cruzamento entre Habilidades e conteúdo dos TCTs no PP Modelo 4	Módulos de Aprendizagem Integrada no PP Modelo 5	Projetos Integradores e Transdisciplinares no PP Modelo 6
Planos de Aula	Planos de Aula e Material Didático Modelo 7	Criação de Planos de Aula Integrados Modelo 8	Projetos Integradores e Transdisciplinares nos Planos de Aula Modelo 9

DISCIPLINAS **INTERDISCIPLINARIDADE** **TRANSVERSALIDADE**



LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A LDB e a educação brasileira

1961



Sancionada, em 20/12, depois de 13 anos de debates no Congresso Nacional, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61).

1971

Em 11/08, é sancionada lei que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (Lei 5.692/71). Ensino torna-se obrigatório dos 7 aos 14 anos.



1986

Professores brasileiros se mobilizam para elaborar uma lei para a educação brasileira; LDB é tema de fóruns e conferências nacionais.

1988

Deputado Octávio Elísio (PSDB/MG) dá entrada em projeto de lei tendo como base as propostas dos professores.

1994

Durante os anos de tramitação no Congresso, projeto original recebeu mais de 1.200 propostas de emendas. Então deputado, Florestan Fernandes (PT/SP) foi um dos principais articuladores.

1996



LDB é finalmente aprovada, mas com texto substitutivo, mais genérico, proposto pelo deputado Darcy Ribeiro (PDT/RJ).

1997

Primeira mudança: ensino religioso passa a ser considerado "integrante da formação básica do cidadão" e é retirado do texto que sua oferta se daria "sem ônus" para o poder público.



2003

É incluída a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e, no calendário escolar, o Dia da Consciência Negra.

2006



Ensino fundamental passa a ter duração de nove anos (antes eram oito).

2008

Foi criada a opção de ensino técnico integrado ao nível médio e redefinida a educação profissional e tecnológica.



2013

Obrigatoriedade passa a ser dos 4 aos 17 anos (da educação infantil ao ensino médio); alteração na educação especial, que passa a ser destinada a educandos com "deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades" – antes era para "portadores de necessidades especiais".

- Universalidade da Educação
- Direito público subjetivo
- Punição de crimes de responsabilidade (para responsáveis e agentes públicos)
- Matrícula obrigatória a partir dos 4 anos.
- Ensino Fundamental de 9 anos como uma forma de ampliação da educação (prevista no PNE de 2001 – a reforma, pela LDB, foi em 2006)

NÍVEIS / ETAPAS EDUCACIONAIS:

- **EDUCAÇÃO BÁSICA - EDUCAÇÃO INFANTIL**
 - Creche (Berçário I, Berçário II, Maternal I e Maternal II)
 - Pré-Escola (Pré I e Pré II)
- **EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL**
 - Anos Iniciais (1º ano – antiga C.A, 2º, 3º, 4º e 5º anos)
 - Anos Finais (6º ano – antiga 5ª série, 6º, 7º, 8º e 9º anos)
- **EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO**
 - 1ª, 2ª e 3ª série
- **ENSINO SUPERIOR**
 - Graduação (Bacharelado OU Licenciatura OU tecnologia)
 - Pós-Graduação
Lato Sensu – Especialização OU
Stricto Sensu - Mestrado OU Doutorado)

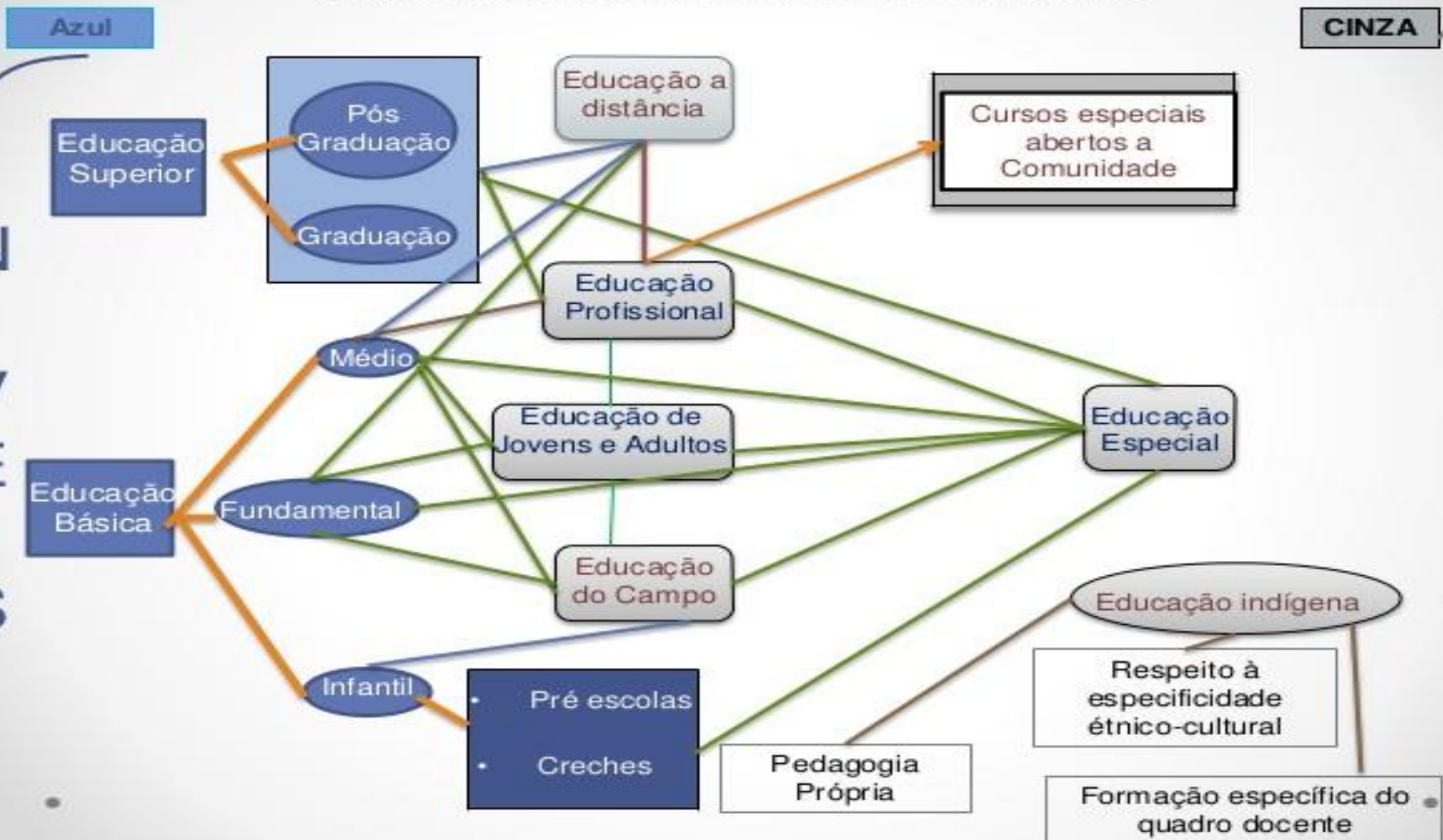
MODALIDADES EDUCACIONAIS: (garantidoras da equidade)

- **EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**
- **EDUCAÇÃO NO CAMPO**
- **EDUCAÇÃO PRISIONAL**
- **EDUCAÇÃO INDÍGENA**
- **EDUCAÇÃO QUILOMBOLA**
- **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL** (inclui o Curso Normal)
 - **EDUCAÇÃO ESPECIAL** (inclui Bilíngue)
 - **EDUCAÇÃO RELIGIOSA CONFSSIONAL**

Níveis e Modalidades de Ensino.

NÍVEIS

MODALIDADES



FOCO:

APRENDER A APRENDER (ESCOLANOVISMO)

- **PREPARAR PARA A CIDADANIA**
- **PREPARA PARA O TRABALHO**
- **PREPARAR PARA A AUTONOMIA E PROGRESSÃO**

- **SISTEMA DE CICLOS**

A escola pode organizar o seu sistema ciclos levando em consideração o tempo de desenvolvimento de seus alunos

- **CALENDÁRIO (Art. 24)**

Mínimo de 200 dias letivos (aceitando-se a adequação às questões de cada região, porém sem redução da carga horária mínima de 800 horas de EFETIVO TRABALHO ESCOLAR)

APROVAÇÕES (VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR)

- **AVALIAÇÃO DEVE SER CONTÍNUA E CUMULATIVA DO DESEMPENHO DO ALUNO (art. 24)**
- **PREVALÊNCIA DOS RESULTADOS AO LONGO DO PERÍODO E OBRIGAÇÃO DOS ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO CONTINUADA.**
- PROGRESSÃO (automática em cada ciclo)
- PROMOÇÃO (aprovação seriada tradicional)
- TRANSFERÊNCIA (com adequação)
- AVALIAÇÃO PRÓPRIA (reclassificação)

“Os critérios qualitativos sobre os quantitativos” (Art. 39)

QUESTÕES REGULAMENTAIS

- FREQUÊNCIA NÃO É CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
- FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 75%
- OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DEVEM ESTAR PREVISTAS NO REGIMENTO ESCOLAR
- TODA ESCOLA DEVE APLICAR A BASE COMUM CURRICULAR (PORTUGUÊS, MATEMÁTICA, HISTÓRIA, GEOGRAFIA, CIÊNCIAS, UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA, ARTE E EDUCAÇÃO FÍSICA) SOMADA À BASE COMPLEMENTAR QUE SIGAM AS NECESSIDADES REGIONAIS (CULTURA, TECNOLOGIA ETC) – ART. 26

QUESTÕES REGULAMENTAIS

- PRINCÍPIOS A SEREM TRABALHADOS DE FORMA INTEGRADA PELAS DISCIPLINAS (TRANSVERSAIS)
 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA
 - PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE
 - PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

ENSINO FUNDAMENTAL

- **Início com 6 anos**
- **Primeiro ciclo: alfabetização, letramento, desenvolvimento de formas de expressão, condições de continuidade da aprendizagem**
LEITURA, ESCRITA, CÁLCULO, FUNCIONAMENTO DA SOCIEDADE
- **Ensino Religioso facultativo sem proselitismo.**
- **Progressividade da EDUCAÇÃO INTEGRAL (7h)**
- **EAD É POSSÍVEL EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS (ARTIGO 80)**

ENSINO MÉDIO

- Preparação para a cidadania, continuação da aprendizagem ao longo da vida, criticidade e preparação para o trabalho e a tecnologia
- Apoiado em **COMPETÊNCIAS** e **HABILIDADES**
- **ENSINO DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA NAS TRÊS SÉRIES DO ENSINO MÉDIO**
- **CONSOLIDAÇÃO E APROFUNDAMENTO DOS CONTEÚDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**
- **ÁREAS (PCN)**
 - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
 - Ciências da Natureza e suas Tecnologias
 - Ciências Humanas e suas Tecnologias
 - Matemática e suas Tecnologias.

ATRIBUIÇÕES

- Professores: cumprir plano de trabalho, construir proposta pedagógica, zelar por aprendizagens, definir estratégias, cumprir com letividade, articular escola e família
- Diretores: gerir com democracia seguindo normais dos sistemas de ensino e autonomia escolar.
- União: zelar pela educação superior
- Estados: zelar pelo ensino médio
- Municípios: zelar pelo ensino fundamental e Infantil

INSTITUIÇÕES

- PÚBLICAS
 - Criadas
 - Incorporadas
- PRIVADAS
 - com fins lucrativos (com ou sem FILANTROPIA)
 - sem fins lucrativos
- COMUNITÁRIAS

DETALHES MAIS PROFUNDOS

- Educação Física é facultativa para maiores de 30 anos, trabalhadores formais, prestadores de serviço militar ou que tenham filhos. (art. 26)
- Devem ser exibidos filmes nacionais por', no mínimo, 2 horas mensais (art. 26)
- Adequação à cultura agrícola em escolas rurais (art. 28)
- Os currículos do Ensino Fundamental e Médio deverão seguir a BNCC (art 36)
- Os alunos, no ensino médio, terão itinerários formativos em alusão à BNCC (art. 36 – 2017)

DETALHES MAIS APROFUNDADOS

- A educação técnica acontecerá de forma (art. 36)
ARTICULADA ou SUBSEQUENTE
- EJA destina àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade certa (art. 37)
- Gratuidade e padrões de qualidade iguais a regular na EJA.
- Profissionais mediadores na escola para atendimento especial (art. 58)
- A educação especial cobre todos os níveis (art 58)
- Professor é aquele que tem licenciatura ou nível médio técnico na modalidade normal OU
PROFISSIONAIS COM COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA (art. 61)

DETALHES MAIS APROFUNDADOS

- A formação de professores deve ser norteadada pela BNCC (art 61)
- O não repasse de verbas públicas para a educação é crime de responsabilidade civil (art 69)
- Há verbas específicas para manutenção e aquisição de materiais escolares (art. 70)
- Qualquer cidadão pode exigir a abertura de concurso para uma vaga ocupada por um professor não concursado (art 85)

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

- Os PCN foram desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) na década de 1990.
- Eles têm como objetivo fornecer orientações para a elaboração dos currículos escolares em todo o país, estabelecendo diretrizes gerais para os conteúdos a serem trabalhados em cada etapa da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).
- Os PCN abordam conteúdos específicos para cada disciplina, bem como metodologias de ensino e critérios de avaliação.

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN):

- As DCN são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e têm o objetivo de definir princípios, fundamentos e procedimentos para nortear a elaboração dos currículos escolares em todo o país.
- Elas são mais abrangentes do que os PCN, pois não se limitam apenas a conteúdos disciplinares, mas também tratam de questões como a organização curricular, a formação de professores, a avaliação educacional, a gestão escolar, entre outros aspectos.
- As DCN têm um caráter mais normativo, sendo obrigatórias para todas as instituições de ensino do país.

A história da educação no Brasil possui tendências bem definidas, uma vez que a Igreja, o Estado e, hoje, preponderantemente, o mercado, imprimiram nela as suas marcas. Tais tendências podem ser analisadas tomando-se como matriz as influências filosóficas apontadas por diversos autores. Estas concepções de educação determinam a escolha do currículo e de como efetivá-lo em sala de aula, influenciando sobremaneira a escolha de estratégias de ensino e de aprendizagem e orientando posturas docentes diferentes, a depender do que o docente e o projeto pedagógico se afinem. Enfatiza o papel do professor como facilitador e mediador do processo de aprendizagem a corrente ou concepção:

- I. *Behaviorista.*
- II. Construtivista.
- III. Humanista.
- IV. Tradicionalista.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

A história da educação no Brasil possui tendências bem definidas, uma vez que a Igreja, o Estado e, hoje, preponderantemente, o mercado, imprimiram nela as suas marcas. Tais tendências podem ser analisadas tomando-se como matriz as influências filosóficas apontadas por diversos autores. Estas concepções de educação determinam a escolha do currículo e de como efetivá-lo em sala de aula, influenciando sobremaneira a escolha de estratégias de ensino e de aprendizagem e orientando posturas docentes diferentes, a depender do que o docente e o projeto pedagógico se afinem. Enfatiza o papel do professor como facilitador e mediador do processo de aprendizagem a corrente ou concepção:

- I. *Behaviorista.*
- II. Construtivista.
- III. Humanista.
- IV. Tradicionalista.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Mesmo depois que o Brasil elaborou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes continuam valendo porque os documentos são complementares. São documentos que fornecem orientações para a organização e o desenvolvimento dos currículos nas instituições de ensino no Brasil. Podemos afirmar que o seu principal objetivo consiste em:

- A) Substituir os currículos tradicionais por uma abordagem mais moderna e tecnológica.
- B) Flexibilizar os currículos, permitindo que cada escola defina seus conteúdos próprios e métodos de ensino.
- C) Padronizar os currículos em todas as escolas do país, garantindo uma educação uniforme em todas as regiões.
- D) Estabelecer competências e habilidades essenciais que os estudantes devem desenvolver em cada etapa da educação básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Mesmo depois que o Brasil elaborou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes continuam valendo porque os documentos são complementares. São documentos que fornecem orientações para a organização e o desenvolvimento dos currículos nas instituições de ensino no Brasil. Podemos afirmar que o seu principal objetivo consiste em:

- A) Substituir os currículos tradicionais por uma abordagem mais moderna e tecnológica.
- B) Flexibilizar os currículos, permitindo que cada escola defina seus conteúdos próprios e métodos de ensino.
- C) Padronizar os currículos em todas as escolas do país, garantindo uma educação uniforme em todas as regiões.
- Estabelecer competências e habilidades essenciais que os estudantes devem desenvolver em cada etapa da educação básica.

- 6 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
- 80 Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
- 102 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos
- 144 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
- 202 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio
- 266 Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo
- 286 Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo
- 298 Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial
- 306 Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais
- 338 Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância
- 374 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena
- 416 Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância
- 424 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola
- 496 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- 514 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
- 534 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

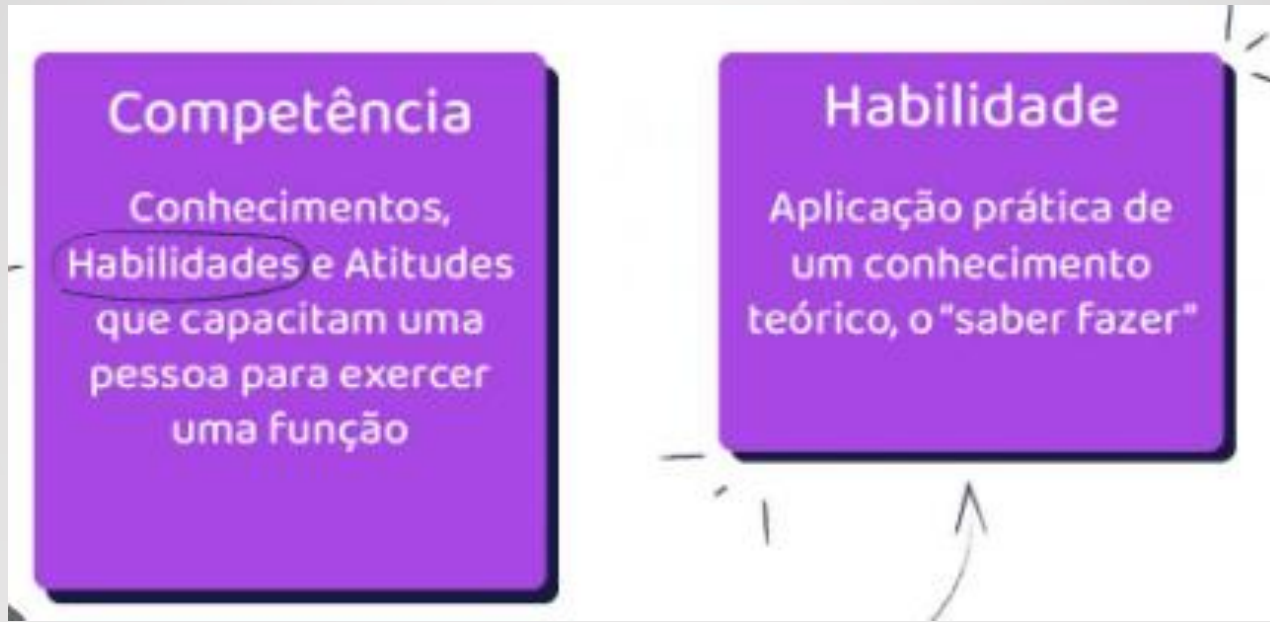
EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 NOVE ANOS

COMPONENTES
CURRICULARES EM BASE
NACIONAL COMUM (75%) E
PARTE DIVERSIFICADA (25%)

ENSINO TÉCNICO PODENDO SER
(1) ARTICULADO INTEGRADO,
(2) ARTICULADO CONCOMITANTE E
(3) SUBSEQUENTE

HABILIDADES ESTÃO PARA TALENTOS E COMPETÊNCIAS PARA CONHECIMENTOS FORNECIDOS



Diretrizes para o currículo:

I – Difusão de Valores Fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadão, de respeito ao bem comum e a ordem democrática

Pilares da Educação segundo as Diretrizes

1. Flexibilidade
2. Avaliação interna e avaliação externa (Saeb –enab/Saresp/ENEM)
3. Zelo pela aprendizagem
4. a) Compromisso com os resultados
b) Aprendizagem/Habilidades/Competências
5. Autonomia intelectual
- 6. Cidadania e ordem democrática**

PARADIGMA EM SUPERAÇÃO	PARADIGMA EM IMPLANTAÇÃO
PRIVILEGIA O ENSINO	PRIVILEGIA A APRENDIZAGEM
ÊNFASE EM GRADE CURRICULAR	EXIGÊNCIA DE PROJETO PEDAGÓGICO E PLANO DE CURSO
RESTRINGE FORMAÇÃO AOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NO CURSO	PERMITE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES
NÃO APONTA PROCESSO NACIONAL DE AVALIAÇÃO	ESTABELECE PROCESSO NACIONAL DE AVALIAÇÃO
FOCO NOS CONTEÚDOS A SEREM ENSINADOS	FOCO NAS COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS, NOS SABERES (SABER, SABER FAZER E SABER SER) A SEREM CONSTRUÍDOS
CURRÍCULO COMO FIM, COMO CONJUNTO REGULAMENTADO DE DISCIPLINAS	CURRÍCULO COMO CONJUNTO INTEGRADO E ARTICULADO DE SITUAÇÕES-MEIO, PEDAGOGICAMENTE CONCEBIDAS E ORGANIZADAS PARA PROMOVER APRENDIZAGENS PROFISSIONAIS SIGNIFICATIVAS
ALVO DO CONTROLE OFICIAL: CUMPRIMENTO DO CURRÍCULO	ALVO DO CONTROLE OFICIAL: GERAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS GERAIS/ESPECÍFICAS

- As Diretrizes Curriculares Nacionais são um conjunto de **definições doutrinárias** sobre princípios, fundamentos e procedimentos que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

TEMA	INFANTIL	FUNDAMENTAL	MÉDIO
FUNDAMENTOS NORTEADORES	Éticos, Políticos e Estéticos LUDICIDADE	Éticos, Políticos e Estéticos	Éticos, Políticos e Estéticos ADJETIVADOS
IDENTIDADE	IMPORTÂNCIA EU X COLETIVO	RECONHECIMENTO EU NO COLETIVO	É FUNDAMENTO DA ÉTICA
OBJETIVO	Cuidados com a integração física, emocional, afetiva, cognitivo, linguística e social	Aprendizagens constituídas de conhecimento, linguagem e afetividade	Conhecimento Interdisciplinar e Contextualizado
FINALIDADE	Desenvolvimento Integral	Vida Cidadã	Autonomia Intelectual



DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (RES. Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010)

SÍNTESE

- DCNs funcionam como normas obrigatórias para a Educação Básica
- Orientam o planejamento curricular e as reflexões a seu respeito
- O maior princípio é o da EQUIDADE (=igualdade respeitando a diversidade)
- Há de se ter COERÊNCIA E ARTICULAÇÃO entre as modalidades de ensino
- I. IGUALDADE, II. LIBERDADE, III. PLURALISMO, IV. RESPEITO, V. COEXISTÊNCIA DE PÚBLICAS E PRIVADAS, VI. GRATUIDADE, VII. VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO, VIII. GESTÃO DEMOCRÁTICA, IX. GARANTIA DE QUALIDADE, X. VALORIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA, XI. VINCULAR EDUCAÇÃO, TRABALHO E PRÁTICAS.
- O aluno sempre como centro do processo educativo
- Projeto Político Pedagógico elaborado coletivamente
- Base Nacional Comum – Língua Portuguesa e Matemática, mundo físico, natural, realidade social, política (incluindo história afro-brasileira e indígena), Arte, Educação Física e Ensino Religioso
- Componentes Curriculares: Linguagens (Português e Língua Indígena, para comunidades, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas (História e Geografia) e Ensino Religioso.
- 20% destinado a projetos interdisciplinares (da carga horária do Ensino Fundamental para)
- Integração do sujeito à vida social cidadã
- Avaliação com aspectos qualitativos, definição de vários instrumentos, períodos de recuperação e assegurar tempos e espaços diversos.
- Tempo Integral – 7 horas diárias e 1400 horas anuais
- EJA em nível fundamental com carga de 1600 horas

NÍVEIS:

- 1. INFANTIL** – Parecer CNE/CEB 22/98 – Resol. CNE/CEB 01/99 – Parecer CNE CEB 04/2000 – (Esta não está na bibliografia mas é fundamental)
- 2. FUNDAMENTAL** - CNE/CEB 04/98 – Resol. CNE/CEB 02/98
- 3. MÉDIO** - CNE/CEB 15/98 – Resol. CNE/CEB 03/98

MODALIDADES:

- 1. EJA** - CNE/CEB 11/00 – Resol. CNE/CEB 01/00
- 2. NECESSIDADES ESPECIAIS** - CNE/CEB 17/01 – Resol. CNE/CEB
- 3. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA** –Parecer CNE/CP 003/2004 Resol. CNE/CP 1/2004
- 4. QUESTÃO INDÍGENA.** Parecer CNE/CEB 14/99 - Resol. CNE/CEB 03/99

RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

(CESPE/UnB – 2023)

Enunciado: A avaliação formativa tem como principal objetivo:

- a) Classificar os alunos em categorias de desempenho.
- b) Identificar dificuldades durante o processo de aprendizagem para intervir de forma imediata.
- c) Aplicar exames finais para promoção ou retenção.
- d) Comparar o desempenho dos alunos com padrões nacionais.
- e) Estabelecer rankings entre os estudantes.

(CESPE/UnB – 2023)

Enunciado: A avaliação formativa tem como principal objetivo:

- a) Classificar os alunos em categorias de desempenho.
- b) Identificar dificuldades durante o processo de aprendizagem para intervir de forma imediata.
- c) Aplicar exames finais para promoção ou retenção.
- d) Comparar o desempenho dos alunos com padrões nacionais.
- e) Estabelecer rankings entre os estudantes.

(IBFC – 2021)

Enunciado: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica. Uma dessas competências é:

- a) Memorização de conteúdos específicos.
- b) Desenvolvimento de projetos exclusivamente individuais.
- c) Utilização de tecnologias digitais de forma crítica e responsável.
- d) Foco apenas em disciplinas de exatas.
- e) Preparação exclusiva para o mercado de trabalho.

(IBFC – 2021)

Enunciado: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica. Uma dessas competências é:

- a) Memorização de conteúdos específicos.
- b) Desenvolvimento de projetos exclusivamente individuais.
- c) Utilização de tecnologias digitais de forma crítica e responsável.
- d) Foco apenas em disciplinas de exatas.
- e) Preparação exclusiva para o mercado de trabalho.

(CESGRANRIO – 2020)

Enunciado: A gestão democrática nas escolas públicas, conforme preconiza a LDB, implica:

- a) Decisões centralizadas na figura do diretor escolar.
- b) Participação da comunidade escolar e local nos processos decisórios.
- c) Exclusão dos pais nos conselhos escolares.
- d) Autonomia total dos professores sem considerar a opinião dos alunos.
- e) Foco apenas nos resultados acadêmicos, desconsiderando aspectos sociais.

(CESGRANRIO – 2020)

Enunciado: A gestão democrática nas escolas públicas, conforme preconiza a LDB, implica:

a) Decisões centralizadas na figura do diretor escolar.

b) Participação da comunidade escolar e local nos processos decisórios.

c) Exclusão dos pais nos conselhos escolares.

d) Autonomia total dos professores sem considerar a opinião dos alunos.

e) Foco apenas nos resultados acadêmicos, desconsiderando aspectos sociais.

(VUNESP – 2017)

Enunciado: A avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como um processo:

- a) Punitivo, visando à exclusão dos alunos com baixo desempenho.
- b) Classificatório, para ordenar os alunos em rankings de desempenho.
- c) Contínuo e formativo, auxiliando na identificação de dificuldades e no replanejamento do ensino.
- d) Eventual, ocorrendo apenas ao final de cada ciclo escolar.
- e) Baseado exclusivamente em provas escritas e padronizadas.

(VUNESP – 2017)

Enunciado: A avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como um processo:

- a) Punitivo, visando à exclusão dos alunos com baixo desempenho.
- b) Classificatório, para ordenar os alunos em rankings de desempenho.
- c) Contínuo e formativo, auxiliando na identificação de dificuldades e no replanejamento do ensino.
- d) Eventual, ocorrendo apenas ao final de cada ciclo escolar.
- e) Baseado exclusivamente em provas escritas e padronizadas.

(CESGRANRIO – 2016)

Enunciado: A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais pressupõe:

- a) A criação de escolas especiais segregadas.
- b) A adaptação do currículo e das práticas pedagógicas para atender à diversidade.
- c) A exclusão desses alunos das atividades regulares.
- d) A manutenção de práticas pedagógicas tradicionais sem adaptações.
- e) A avaliação desses alunos com os mesmos critérios dos demais, sem considerações específicas.

(CESGRANRIO – 2016)

Enunciado: A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais pressupõe:

- a) A criação de escolas especiais segregadas.
- b) A adaptação do currículo e das práticas pedagógicas para atender à diversidade.
- c) A exclusão desses alunos das atividades regulares.
- d) A manutenção de práticas pedagógicas tradicionais sem adaptações.
- e) A avaliação desses alunos com os mesmos critérios dos demais, sem considerações específicas.

(IAN – 2016 – Prefeitura de Guaratinguetá/SP – Professor I – Educação Infantil)

Enunciado: Segundo o Parecer 04 CNE/CEB/98, as escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas:

I. Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.

II. Os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III. Os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, mas não da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Estão CORRETAS:

- a) I e II, apenas;
- b) I e III, apenas;
- c) II e III, apenas;
- d) I, II e III.

(IAN – 2016 – Prefeitura de Guaratinguetá/SP – Professor I – Educação Infantil)

Enunciado: Segundo o Parecer 04 CNE/CEB/98, as escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas:

I. Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.

II. Os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III. Os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, mas não da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Estão CORRETAS:

a) I e II, apenas;

b) I e III, apenas;

c) II e III, apenas;

d) I, II e III.

(IAN – 2016 – Prefeitura de Guaratinguetá/SP – Professor I – Educação Infantil)

Enunciado: Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. Esse direito está relacionado ao princípio da:

- a) Gestão democrática do ensino público.
- b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- c) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- d) Valorização do profissional da educação escolar.

(IAN – 2016 – Prefeitura de Guaratinguetá/SP – Professor I – Educação Infantil)

Enunciado: Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. Esse direito está relacionado ao princípio da:

a) Gestão democrática do ensino público.

b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

c) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

d) Valorização do profissional da educação escolar.

IAN – 2016 – Prefeitura de Guaratinguetá/SP – Professor I – Educação Infantil)

Enunciado: De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é INCORRETO afirmar que:

- a) A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade.
- b) O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade.
- c) O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos.
- d) A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao ensino médio.

IAN – 2016 – Prefeitura de Guaratinguetá/SP – Professor I – Educação Infantil)

Enunciado: De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é INCORRETO afirmar que:

a) A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade.

b) O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade.

c) O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos.

d) A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao ensino médio.